

ENTREVISTA | CARLOS FICO

O general de confiança dos EUA

Pesquisa em documentos oficiais dos Estados Unidos mostra como foi a participação americana no golpe militar de 1964. Trama começou desde a posse de Goulart

Raphael Bruno
BRASÍLIA

Uma semana depois dos 44 anos do golpe militar, o historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1998, Carlos Fico, lança *O Grande Inimigo: Da operação Brother Sam aos anos de Chumbo*, pela Editora Record. O livro é resultado de pesquisa de três anos. Para realizá-la, o historiador se debruçou sobre mais de 15 mil documentos do Arquivo Nacional dos Estados Unidos. A maior parte deles de documentos recém-saídos da categoria sigilosos.

Fico condensou sua investigação em 336 páginas, já disponíveis nas melhores livrarias do país. A publicação tem o mérito de, pela primeira vez, provar por meio de documento oficial do governo americano a participação de brasileiros na operação *Brother Sam*, o plano dos Estados Unidos para apoiar o golpe e o regime militar. Mais especificamente, a do general José Pínhireiro de Ulhoa Cintra, braço direito do marechal Castello Branco. Nesta entrevista ao **JB**, Fico compartilhou um pouco das descobertas que obteve sobre o turbulento período vivido pelo Brasil naqueles anos.

O senhor já escreveu vários livros sobre a ditadura militar. Como surgiu a idéia de trabalhar mais especificamente com a questão da participação americana no golpe e no regime?

— Eu achei que devia ampliar minhas pesquisas nesse campo. Me ocorreu fazer uma comparação entre como os Estados Unidos viam e interagiam com a ditadura brasileira e a Argentina. Levantei todo o material da Argentina, e nem tinha muita expectativa de encontrar novidades sobre o Brasil. Mas então comecei a ver que documentos novos haviam sido liberados. Então pensei que isso tinha um apelo grande e decidi fazer logo o livro sobre o Brasil.

Qual foi a importância dessa participação para a vitória dos militares no golpe?

— Para o golpe foi fundamental. A decisão de Goulart de não resistir

>> Perfil

Carlos Fico é professor de Teoria da História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nascido em 1959, possui uma extensa lista de publicações com a temática do regime militar e é considerado um dos maiores especialistas brasileiros sobre o assunto.

se deve a dois motivos: primeiro, porque ele não queria patrocinar um derramamento de sangue entre soldados brasileiros. Segundo: porque foi informado do apoio americano aos golpistas.

O senhor concorda com a tese de que Goulart poderia facilmente ter impedido o golpe?

— Provavelmente, se ele ordenasse o bombardeio das tropas do general Mourão Filho, teria início um confronto de longa duração. Era inclusive o que os Estados Unidos e os golpistas brasileiros previam. Eles não esperavam a facilidade que encontraram. Que fosse tão simples. E essa simplicidade se deveu à decisão do Goulart. O que muita gente avalia de maneira crítica, negativa. Mas eu, pessoalmente, creio que foi uma decisão inteligente. Havia, na documentação que eu pesquisei, claramente estabelecida a previsão de desembarque de tropas num segundo estágio. É esse segundo estágio era justamente a resistência prolongada. Ou ainda se houvesse sinais de apoio da União Soviética ou de Cuba ao governo. Tudo indica que havia sim uma disposição de intervenção direta no conflito.

Quando efetivamente começa o envolvimento e no que consistiu essa participação?

— Começou desde o momento em que Goulart chega ao poder. Houve, num primeiro momento, uma campanha de desestabilização. O governo americano gastou milhões de dólares



O AUTOR — Fico acha que o Brasil também deveria abrir seus arquivos secretos: segredo é bobagem

em propaganda política, palestras, filmes, influenciando políticos. Foi uma dinheirama. Só na campanha eleitoral para o Congresso Nacional brasileiro a embaixada distribuiu US\$ 5 milhões. Mas o objetivo não era o golpe ainda. Só se decidem pelo golpe de meados de 1963 para frente, quando é produzido o chamado "Plano de Contingência". O plano é de novembro e prevê exatamente o que viria a acontecer. Tem a coisa do Magalhães Pinto propondo o governo alternativo, a declaração de vacância, o Affonso Arinos indicado para obter reconhecimento internacional, tudo está previsto. Então minha interpretação é de que esses brasileiros estavam informados sobre tudo isso. E acho que confirmo isso na medida em que divulgo que o general Ulhoa Cintra era o homem de contato entre o Departamento de Defesa americano e o general Castello Branco para a operação *Brother Sam*. Sempre se disse que nenhum brasileiro estava envolvido na operação, e eu agora mostro este documento que comprova: o braço direito do Castello Branco estava participando. Durante o governo Castello, o apoio continuou incondicional. A quantidade de recursos que chegavam ao Brasil era enorme. Além de outros tipos de suporte, principalmente no reconhecimento internacional do novo governo. Depois, com Costa e Silva e Médici, a repressão que viria com o AI-5 deixava o governo americano muito incomodado.

Os documentos secretos vão sendo abertos de acordo com o tempo. A sede principal do arquivo fica em Washington, mas existe uma sede em Maryland

O senhor encontrou alguma referência à tortura ou a treinamentos de tortura?

— Há um pouco de mitologia em torno disso. Havia treinamento de militares brasileiros nas escolas americanas, e não sabemos bem o que era desenvolvido ali. O que encontrei foi esse grande mal-estar do governo americano com as denúncias de tortura. Mas sempre a orientação para que os diplomatas não fizessem condenação pública, só no âmbito do contato direto privado.

Conte-nos um pouco sobre a pesquisa em si. Como foi o processo de obtenção desses dados?

— Os documentos secretos vão sendo abertos de acordo com o tempo. A sede principal do arquivo fica em Washington, mas existe uma sede nos arredores, em Maryland, onde ficam os arquivos mais novos. Foi lá onde pesquisei. Qualquer um pode ter acesso. Eu fiz várias viagens entre 2003 e

2006. Mantusei cerca de 15 mil documentos e fotografei 5 mil.

O senhor avalia que seria importante para o Brasil que por aqui também os documentos do período fossem abertos? Por que isso não é feito?

— Os militares têm essa resistência ainda, que eu acho tola. Contrária, inclusive, os interesses dos próprios militares, que se livrariam de algumas suspeitas possivelmente injustas. Os acervos que ainda não foram liberados no Brasil são dos órgãos de informação dos antigos ministérios militares. Provavelmente ainda existem, porque lidavam com questões de segurança nacional. Não seriam queimados. Se houver alguma informação sobre o paradeiro de restos mortais no Araguaia, por exemplo, está nesse acervo. Para a sociedade, a importância é o conhecimento da história, o enfrentamento desses episódios.

O presidente da Venezuela, Hugo Chavez, acusa frequentemente o governo dos Estados Unidos de intervenção nos processos políticos do país. É possível os Estados Unidos ainda estarem agindo na América Latina de maneira semelhante ao que faziam décadas atrás?

— Eu não sei se há essa intervenção direta. Acho que não. Na História, temos o cuidado grande de trabalhar sempre com evidências empíricas. São episódios muito recentes para avaliarmos.

>> Hoje na história

CPDoc JB

www.jblog.com.br/hojenahistoria.php

13 DE ABRIL DE 1968

Irmãos denunciam tortura

Um dia após serem libertados com hematomas e queimaduras por todo o corpo, os irmãos **Ronaldo e Rogério Duarte** denunciaram as torturas que sofreram num quartel do Exército da Vila Militar, onde foram advertidos de que correriam risco de vida se revelassem o episódio publicamente, embora servissem de exemplo para intelectuais, padres, jornalistas e artistas.

No dia 4 de abril Ronaldo, cineasta, e Rogério, artista plástico, seguiram até a Candelária para acompanhar a missa de sétimo dia do estudante Edson Luis. Contudo, devido ao clima de tensão evidente, acabaram desistindo e, ao tentarem voltar para casa, foram intercep-

tados por agentes não identificados. Levados por um carro, em poucas horas davam entrada num local sombrio, que supunham ficar no subúrbio da cidade. Prontamente, seriam submetidos a uma sessão de tortura, das inúmeras que se repetiriam durante dias seguidos. Além de diversas formas de agressão física, foram ridicularizados com palavras de intimidação e interrogados sobre seu envolvimento no movimento estudantil. Para cada resposta não satisfatória, os recursos ao terror se intensificavam, até que, exauridos os torturados e satisfeitos os torturadores, a sessão era interrompida. Nos dois últimos dias de isolamento receberam trata-

mento dos ferimentos e hematomas. E passaram por outro tipo de experiência: a tortura psicológica. Das celas em que estavam, ouviam gritos lancinantes de pessoas em desespero, sem saber se passariam pelo processo novamente.

Na última noite, depois de preencherem um questionário, foram conduzidos para um matagal e deixados onde se encontrava o carro do próprio Ronaldo. Já em liberdade, seguraram para casa.

Amanhã: **Em 1976 — A legitimidade como marca**

Leia mais e opine no JB Online



JORNAL DO BRASIL: 14 de abril de 1968

Exército nega, mas regime recrudescer

A denúncia dos irmãos Duarte causou imediata indignação nos círculos de comando do Exército. O relato dos dois foi apontado como contraditório. Mas, diante das marcas de hematomas e queimaduras, além das circunstâncias que invadiram seus corpos e mentes, a confusão se justificava.

Rogério e Ronaldo foram duas das primeiras vítimas a denunciar publicamente a tortura no regime militar. O caso mobilizou vários líderes da sociedade. Outras denúncias de torturas viriam à tona mas não impediriam novos casos, nem a promulgação do AI-5.